



As principais práticas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:



Documentos assinados eletronicamente por: DIRCEU ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR, ANDRÉ CARDO BATISTA DE SAUSANOS E SILVA  
Acesse em: <http://e3spen.br/epp/validaDoc.aspx?CodigoDocumento:5970216b-358f-4e-8e5-7d729b02085>

## 2.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades constantes nas contas Caixa e Equivalentes de Caixa são avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são demonstradas pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do balanço, não ultrapassando o valor de mercado. As aplicações financeiras são indexadas à taxa dos certificados de depósito interbancário ("taxa DI" ou "CDI"), com prazo de vencimento inferior a 360 dias.

## 2.2 - Créditos e Valores a Curto Prazo

Os créditos a receber correspondem aos valores a apropriar referentes aos adiantamentos concedidos pelo TCE-PE, valores a serem ressarcidos por outras Instituições Públicas em decorrência da cessão de pessoal e dos créditos a receber resultantes de imputação de multas a gestores públicos e respectivas estimativa de perdas. Os riscos de recebimentos de dívidas são estimados e reconhecidos em contas de ajustes, as quais se apresentam como redutoras das contas originais. Os Ajustes de Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa são constituídos pelos prováveis valores de reconhecimento para os passivos. As constituições e atualizações de ajustes são refletidas em contas de variações patrimoniais.

## 2.3 - Estoques

Os bens são registrados com base no valor de aquisição/produção. Referem-se aos bens de consumo utilizados nas atividades operacionais e administrativas do TCE-PE. Já o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o artigo 106, inciso III da Lei 4.320/64.

## 2.4 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Representam os valores registrados neste grupo de contas que serão apropriados às Variações Patrimoniais Diminutivas nos períodos subsequentes, pela ocorrência dos respectivos fatos geradores, de acordo com o Princípio da Competência.

## 2.5 - Imobilizado

O ativo imobilizado, composto pelos bens móveis e imóveis, é mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção e reavaliação, deduzido da depreciação acumulada.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

As taxas utilizadas para depreciação são as seguintes:

Descrição – BENS MÓVEIS	Taxa de depreciação
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	20%
Bens de informática	20%
Móveis e utensílios	10%
Materiais culturais, educacionais e de comunicação	20%
Veículos	20%



Para os veículos, o TCE/PE adota uma taxa de valor residual de 20%. Já em relação aos demais bens móveis, estes são totalmente depreciáveis.

Em relação aos bens imóveis, devido à reavaliação das edificações, cada imóvel tem sua própria taxa de depreciação, de acordo com o respectivo laudo de reavaliação.

## **2.6 - Intangível**

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção de atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção, e em se tratando de ativos intangíveis obtidos por produção própria, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico, deduzido da amortização acumulada, cujo cálculo é feito com base no tempo de utilização do respectivo bem.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

## **2.7 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo**

Correspondem às obrigações presentes do Tribunal de Contas, derivadas de contribuições previdenciárias patronal para o regime próprio de previdência do Estado de Pernambuco – FUNAFIN, bem como para regime geral de previdência - INSS, além das férias a pagar e obrigações financeiras com licença-prêmio a pagar.

## **2.8 - Fornecedores, Contas a Pagar e Obrigações Fiscais a Curto Prazo**

Reconhecidas pelo valor nominal e acrescidas, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

## **2.9 – Demais Obrigações a Curto Prazo**

Correspondem às obrigações presentes do Tribunal de Contas, derivadas de eventos passados e decorrentes de retenções junto à Folha de Pagamentos dos servidores e das obrigações junto aos fornecedores, feitas pelo TCE-PE em favor de terceiros.

## **2.10 - Provisões Sobre Folha de Pagamento**

Correspondem ao reconhecimento de obrigação para com os servidores decorrentes de direitos legais e respectivos encargos, proporcionalmente ao período a que faz jus cada servidor público.

São calculadas proporcionalmente ao período em que o servidor tem direito e à remuneração que ele percebe. Estão segregadas em circulante (obrigações efetivas) e não circulante (obrigações proporcionais ao período de competência, porém, somente materializadas após a aquisição do efetivo direito pelos servidores).



### 3 - Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis

#### 3.1 – Balanço Orçamentário

Demonstra as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com as receitas e despesas realizadas do TCE-PE em relação ao exercício de 2019.

As receitas orçamentárias são reconhecidas quando arrecadadas, enquanto as despesas orçamentárias são reconhecidas quando empenhadas, ambas pelo seu valor nominal e classificadas em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, que trata dos aspectos orçamentários.

As receitas previstas e as despesas fixadas representam o orçamento inicial e estão em conformidade com a Lei Orçamentária Anual.

As receitas realizadas compreendem as receitas patrimoniais decorrentes de aplicações financeiras e outras receitas correntes, entre elas as advindas de multas administrativas ocorridas no exercício. Cabe esclarecer que o Balanço Orçamentário ora publicado não contempla as transferências financeiras recebidas e concedidas, destacando-se aquelas recebidas a título de duodécimos do Poder Executivo.

As despesas realizadas representam o orçamento inicial com as alterações ocorridas no período, por meio de créditos adicionais e dos remanejamentos orçamentários, compreendendo aquelas empenhadas, liquidadas e pagas, por categoria econômica.

O balanço orçamentário do TCE-PE é parte integrante da consolidação geral realizada pelo Estado aliada ao fato de que a grande relevância da execução orçamentária é operacionalizada através de repasse ocorridos pelo governo, acarretando desequilíbrio e déficit orçamentário no demonstrativo obtido no sistema e-Fisco. Segundo o MCASP, os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Esse fato não representa irregularidade.

Por fim, cumpre destacar que, do total das despesas empenhadas citadas acima, foram inscritas em restos a pagar o montante de R\$ 1.427.405,75.

##### 3.1.1 - Movimentações Orçamentárias e Intra-Orçamentárias

Foram utilizados recursos do Superávit financeiro do exercício de 2018, no montante de R\$ 10.900.000,00 (fonte de recursos 0101), para abertura de Créditos Orçamentários Suplementares, sendo utilizados para custear parte das despesas empenhadas no exercício. Ao fim do exercício de 2019, foi efetuado um crédito adicional em favor da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, tendo o TCE-PE transferido o valor de R\$ 8.100.000,00 (Decreto nº 48.469/19). Assim sendo o saldo líquido de ajustes na dotação orçamentária foi de R\$ 2.800.000,00.

#### 3.2 – Balanço Financeiro

Demonstra as receitas e despesas orçamentárias, bem como os pagamentos e recebimentos de natureza extra-orçamentária, conjugados como os saldos, em espécie, provenientes do exercício anterior e

Documento Assinado Digitalmente por: DIR. G. G. F. DE FISCALIA DO TCE-PE. Assinado em: https://e-icepe.tc.br/validarDocumento. Código do documento: 59709106-3339-457e-81132d09062085



os que se transferem para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro apresentado pelo e-Fisco apresenta os seguintes dados:



BALANÇO FINANCEIRO			
ORGÃO : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO			
EXERCÍCIO : 2019	PERÍODO(MÊS) : Dezembro	Emitido em : 18/02/2020	Data realização : 18/02/2020
		Página 1 / 1	
INGRESSOS		EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		8.969.001,30	11.662.330,11
Ordinária		5.306.008,53	9.376.514,45
Vinculada		3.662.992,77	2.285.815,66
Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e de Reequipamento Técnico do Tribunal de Contas do Est. de PE		3.422.159,35	2.229.884,00
Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos		240.833,42	55.931,00
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		420.476.799,96	390.592.264,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		420.476.799,96	390.592.264,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		1.236.885.910,65	1.110.298.599,33
Inscrição de Restos a Pagar Processados		1.427.405,75	1.977.359,22
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		265.124.051,85	256.090.255,22
Outros Recebimentos Extraorçamentários		970.334.453,05	852.230.984,89
<b>Saldo do Exercício Anterior (IV)</b>		113.556.325,04	100.775.633,22
Caixa e Equivalentes de Caixa		113.556.325,04	100.775.633,22
<b>TOTAL (V) = ( I+II+III+IV)</b>		<b>1.779.888.036,95</b>	<b>1.613.328.827,66</b>
DISPÊNDIOS		EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		420.426.135,18	375.209.546,97
Ordinária		420.426.135,18	375.209.546,97
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		8.100.000,00	17.081.264,44
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		8.100.000,00	17.081.264,44
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		1.260.051.808,34	1.107.481.691,11
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		2.058.706,43	1.869.520,99
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		287.658.648,86	253.381.186,03
Outros Pagamentos Extraorçamentários		970.334.453,05	852.230.984,89
<b>Saldo para o Exercício Seguinte (IX)</b>		91.310.093,43	113.556.325,04
Caixa e Equivalentes de Caixa		91.310.093,43	113.556.325,04
<b>TOTAL (X) = ( VI+VII+VIII+IX)</b>		<b>1.779.888.036,95</b>	<b>1.613.328.827,66</b>

Fonte: Sistema e-Fisco.

Desta forma, considerando a existência de lançamentos nas contas de controle, os quais ocasionam distorções no saldos das contas contábeis, foram realizados os ajustes contábeis necessários para atender ao disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, produzindo como resultado o Balanço Financeiro ajustado que se encontra anexo a presente prestação de contas.

### 3.3 - Balanço Patrimonial

#### 3.3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas neste grupo está apresentada a seguir:

contas	Exercício Atual(R\$)	Exercício Anterior(R\$)	AH (%)
Caixa e Bancos	35.101,06	134.485,76	-73,90
Aplicações Financeiras	91.274.992,37	113.421.839,28	-19,53
<b>TOTAL</b>	<b>91.310.093,43</b>	<b>113.556.325,04</b>	<b>-19,59</b>

Fonte: Sistema e-Fisco

A variação negativa no total das disponibilidades ocorreu, em maior relevância, pelo recolhimento antecipado: a) do Imposto de Renda dos servidores ativos e inativos da folha de pagamento de dezembro e 13º, no valor de R\$ 11.242.365,37; b) do repasse ao FUNAFIN do mês de dezembro e 13º, no valor de R\$ 3.560.414,47. Foi efetuado um crédito adicional em favor da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, tendo o TCE-PE transferido o valor de R\$ 8.100.000,00 (Decreto nº 48.469/19), fruto da negociação feita junto ao Governo do Estado envolvendo SEPLAG, SEFAZ e o TCE-PE com vistas ao pagamento do ressarcimento e ajustes ao orçamento de 2020. Destaca-se, por fim, o pagamento da indenização do Programa de Aposentadoria Voluntária (Lei Estadual nº 15.899/16), no valor de R\$ 2.538.918,90.

Documento Assinado Digitalmente por: DIRETOR RODOLFO DE MELO JUNIOR, ANDRÉ RIBEIRO DO AMARAL, RAYMUNDO BATISTA DE BARROS e SILVIA





acompanhamento dos estoques. Há situações neste sistema que não permitem uma adequada compatibilização com o saldo obtido no sistema e-fisco, tais como:

- Existência de itens controlados pelo ASI que se referem a contratos com empresas fornecedoras de impressoras e dos respectivos insumos necessários cujos estoques em nosso poder são a elas pertencentes. Esta situação acarreta distorções na totalização dos relatórios de movimentação do almoxarifado, emitidos pelo ASI, embora atualmente estas movimentações sejam controladas em conta específica, havendo apenas a necessidade de excluí-las do total geral do almoxarifado.
- b) Houve a realização do inventário físico restrito aos itens do almoxarifado central na data de 31/12/2019.

Diante das considerações supracitadas, os saldos finais em 31/12/2019 foram os seguintes:

Descrição	Valor (R\$)
Inventário físico (almoxarifado central) realizado em 31/12/2019	495.681,78
(-) Material de terceiros	-14.494,63
(-) Livros comemorativos	-251,93
(-) Entradas no ASI não registradas no e-Fisco	-998,00
Valor do almoxarifado conforme e-fisco	479.937,22

Fonte: Sistemas ASI e e-Fisco

### 3.3.4 - Imobilizado

#### 3.3.4.1 - Bens Móveis

Os Bens Móveis do TCE-PE em 31/12/2019 estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir:

BENS MÓVEIS	Exercício Atual(R\$)	Exercício Anterior(R\$)	AH(%)
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	3.077.476,67	2.359.330,19	30,44%
Bens de informática (a)	12.594.125,64	6.596.363,46	90,93%
Móveis e utensílios	6.117.487,18	5.436.203,89	12,53%
Materiais culturais, educ. e de comunicação (b)	736.410,66	687.650,68	7,09%
Veículos	3.156.166,55	2.871.806,34	9,90%
Bens móveis a alienar (c)	0,00	20.843,77	-100,00%
Bens móveis a classificar até 2013 (d)	0,00	138.672,30	-100,00%
(-) Depreciação acumulada de bens móveis (e)	(15.998.292,90)	(15.301.159,77)	4,56%
<b>Total</b>	<b>9.683.373,80</b>	<b>2.809.710,86</b>	<b>244,64%</b>

Fonte: Sistema e-Fisco

- (a) A variação do saldo de Bens de Informática, em grande parte, é decorrente do processo de conciliação realizado no exercício de 2019 entre o e-Fisco e o Sistema de Controle Patrimonial do TCE/PE.
- (b) Esta conta controla em sua preponderância o acervo da biblioteca. O TCE-PE utiliza o Sistema Pergamum para controle patrimonial de seu acervo, no entanto ainda está em desenvolvimento a implantação do módulo financeiro, motivo pelo qual não foi realizado lançamento de reconhecimento da depreciação no corrente ano.



- (c) Este saldo tratava-se de uma impropriedade de classificação contábil, ajustada em 2019.
- (d) O saldo do exercício anterior referia-se a bens advindos do antigo plano de contas, que neste exercício foi devidamente reclassificado para as devidas contas contábeis.
- (e) No exercício de 2019, a Secretaria da Fazenda do Estado criou contas analíticas da depreciação acumulada no Sistema e-Fisco. As contas analíticas apresentam o seguinte saldo no encerramento do exercício de 2019:

<b>DEPRECIÇÃO ACUMULADA</b>	<b>Exercício Atual(R\$)</b>
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	1.995.165,43
Bens de informática	7.657.714,72
Móveis e utensílios	4.912.798,61
Veículos	1.432.614,14
<b>Total</b>	<b>15.998.292,90</b>

Fonte: Sistema e-Fisco

### 3.3.4.2 - Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do TCE-PE em 31/12/2019 estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

<b>Descrição – BENS IMÓVEIS</b>	<b>Exercício Atual(R\$)</b>	<b>Exercício Anterior(R\$)</b>	<b>AH(%)</b>
Edificações em geral	90.259.670,50	90.474.223,35	-0,24%
Terrenos sem edificações	4.610.000,00	4.610.000,00	0,00%
Bens imóveis - obras em andamento	15.588.028,53	0,00	0,00%
Bens imóveis - obras em andamento a classificar	0,00	15.230.724,87	-100,00%
Instalações	546.880,29	362.640,29	50,81%
Instalações em andamento	162.399,76	0,00	0,00%
Bens imóveis	0,00	13.300,00	-100,00%
(-) Depreciação acumulada	-5.352.242,74	-5.042.474,08	6,14%
<b>Total</b>	<b>105.814.736,34</b>	<b>105.648.414,43</b>	<b>0,16</b>

Fonte: Sistema e-Fisco

O saldo da conta de depreciação acumulada de bens imóveis corresponde aos registros relativos aos 12 imóveis de propriedade do TCE-PE.

O saldo atual reflete o adequado enquadramento das premissas utilizadas nos laudos de reavaliação, com base na tabela de ROSS-HEIDECKE, que sinaliza o cálculo da depreciação registrado pelo TCE-PE, considerando-se os fatores correspondentes ao tempo de vida útil e o estado de conservação de cada um destes bens.

### 3.3.4.3 - Intangível

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, compreendendo o registro de softwares. Os saldos das contas contábeis são os seguintes:

Documento Assinado Digitalmente por: DIRCEU RODOLFO DE MELO JUNIOR - ANDRÉ RICARDO BASTA DE BARROS E SILVA  
 Acesso em: 15/05/2019 às 15:29:58  
 URL: https://e-icepe.ic.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 59702160-3586-4815-8279-202088



Descrição	Exercício Atual(R\$)	Exercício Anterior(R\$)	AH(%)
Softwares em uso	3.480.248,24	2.511.375,40	38,58%
Softwares em desenvolvimento	1.585.539,01	1.551.991,51	2,16%
(-) Amortização acumulada de bens intangíveis	-2.457.541,36	-1.911.157,51	28,59%
<b>TOTAL</b>	<b>2.608.245,89</b>	<b>2.152.209,40</b>	<b>21,19%</b>

Fonte: Sistema e-Fisco

Os acréscimos nas contas do custo corrigido correspondem nas aquisições de software ocorridas no exercício; as taxas de amortização são definidas de acordo com a vida útil de cada software adquirido ou desenvolvido.

### 3.3.5 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Curto Prazo

As Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar do TCE-PE em 31/12/2019 estão distribuídas em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Descrição	Exercício Atual (R\$)	Exercício Anterior(R\$)	AH(%)
Férias a pagar	31.207.775,85	29.433.186,47	6,03%
Férias a pagar - abono	3.513.908,01	3.180.457,85	10,40%
Encargos sobre férias	11.729.891,33	10.714.513,96	9,49%
Licença prêmio vencida PC	145.308.129,37	144.865.956,05	0,31%
Encargo patronal ao RPPS sobre licença-prêmio	47.455.447,24	47.455.447,24	0,00%
Outras obrigações	173.899,13	160.736,32	8,12%
<b>TOTAL</b>	<b>239.389.050,93</b>	<b>235.810.297,89</b>	<b>1,52%</b>

Fonte: Sistema e-Fisco

As contas que registram as informações referentes às férias e abonos, além dos encargos correspondentes, totalizam R\$ 46.451.575,19, e correspondem à posição obtida do Sistema de Provisões Contábeis, cujos cálculos são realizados de forma individualizada por servidor, refletindo a exatidão dos valores apresentados.

As contas que registram as informações referentes à licença-prêmio e seus encargos correspondentes totalizam R\$ 192.763.576,61, e correspondem aos registros efetuados no sistema e-fisco no exercício de 2019, cuja base é obtida do Sistema de Provisões Contábeis. Os cálculos são realizados de forma individualizada por servidor. Destaque-se, no entanto, que de acordo com o Sistema de Provisões Contábeis o valor do encargo patronal ao RPPS sobre licença-prêmio foi de R\$ 50.447.120,28. O ajuste foi realizado no decorrer do exercício de 2020, através de ajustes de exercícios anteriores. O referido ajuste gerou alteração no Patrimônio Líquido em 2020, de R\$ 2.991.673,04.

### 3.3.7 - Demais Obrigações a Curto Prazo

Correspondem às seguintes obrigações decorrentes de retenções feitas pelo TCE-PE junto à Folha de Pagamento dos servidores e de pagamentos de fornecedores:

Documento Assinado Digitalmente por: DIRCEU RODOLFO DE MELO JUNIOR, ANDRÉ RICARDO BATISTA DE BARROS e SILVA. Acesso em: https://tcepe.ce.br/epi/validadaDoc.seam?codigo\_documento:5970216615740998785



Descrição	Exercício Atual(R\$)	Exercício Anterior(R\$)	AH(%)
Imposto de renda retido sobre a folha de pagamento	0,00	10.142.531,74	-100,00%
Contribuições de outros poderes a repassar (FUNAFIN)	0,00	5.680.948,49	-100,00%
Outras obrigações de curto prazo	1.812.776,00	1.822.090,07	-0,51%
<b>Total</b>	<b>1.812.776,00</b>	<b>17.645.570,30</b>	<b>-89,73%</b>

Fonte: Sistema e-Fisco

A variação das demais obrigações a curto prazo ocorreu, em maior relevância, pelo recolhimento antecipado: a) do Imposto de Renda dos servidores ativos e inativos da folha de pagamento de dezembro de 2019, no valor de R\$ 11.242.365,37; b) do repasse ao FUNAFIN do mês de dezembro e 13º, no valor de R\$ 3.560.414,47.

### 3.3.8 - Provisões a Longo Prazo

Decorrem do reconhecimento de obrigação para com os servidores decorrentes de licença-prêmio em formação, cujo direito não foi plenamente integralizado; correspondem à posição obtida do Sistema de Provisões Contábeis, cujos cálculos são realizados de forma individualizada por servidor, refletindo a exatidão dos valores apresentados.

Descrição	Exercício Atual(R\$)	Exercício Anterior(R\$)	AH(%)
Provisão de licença prêmio	45.744.421,77	45.744.421,77	0,00%

Fonte: Sistema e-Fisco

As contas que registram as informações referentes à provisão de licença-prêmio totalizam R\$ 45.744.421,77. Destaque-se, no entanto, que de acordo com o Sistema de Provisões Contábeis o valor da provisão de licença-prêmio foi de R\$ 54.506.907,62. A correção foi realizada no decorrer do exercício de 2020, através de ajustes de exercícios anteriores. O referido ajuste gerou alteração no Patrimônio Líquido em 2020, de R\$ 8.762.485,85.

### 3.3.9 - Patrimônio Líquido

A composição do Patrimônio Líquido é a seguinte:

Descrição	Exercício		AH(%)
	Exercício Atual(R\$)	Anterior(R\$)	
Ajustes de avaliação patrimonial	324.194,82	324.194,82	0,00%
Resultado do exercício	2.625.385,86	20.702.961,59	-87,32%
Déficits de exercícios anteriores	-58.510.298,59	-75.377.913,17	-22,38%
Ajustes de exercícios anteriores	4.639.881,39	-3.835.347,01	--
<b>TOTAL</b>	<b>-50.920.836,52</b>	<b>-58.186.103,77</b>	<b>-12,49%</b>

Fonte: Sistema e-Fisco

A variação do saldo de Ajustes de exercícios anteriores foi decorrente da conciliação dos bens móveis realizada no exercício de 2019, que buscou solucionar as divergências entre o e-Fisco e o sistema de controle patrimonial do TCE/PE.

Documento Assinado Digitalmente por: DIRCEU RODOLFO DE MELO JUNIOR, ANDRE RICARDO DE SAUS, ESTANISLAU DOS SANTOS ARROS E SILVA



### 3.4 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais

Descrição	Exercício Atual(R\$)	Exercício Anterior(R\$)	AH (%)
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	21.415,53	18.424,02	16,24%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	6.555.954,96	6.809.255,94	-3,70%
Transferências e delegações recebidas	420.476.799,96	390.592.264,40	7,65%
Valorização e ganhos c/ ativos e desinc. de passivos	142.277,43	23.264,37	511,52%
Outras Variações Patrimoniais aumentativas	10.385.561,63	23.969.240,74	-56,60%
(-) Pessoal e Encargos	-385.065.776,67	-348.138.187,30	10,60%
(-) Benefícios previdenciários e assistenciais	-121.928,28	-5.991.427,62	-97,90%
(-) Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	-34.167.884,89	-31.407.966,54	8,75%
(-) Transferências e delegações concedidas	-8.411.430,81	-17.407.398,44	-51,68%
(-) Desvalorização e perdas de ativos e incorp. de passivos	-79.403,17	-291.268,01	-72,74%
(-) Tributárias	-140.604,16	-148.233,32	-5,11%
(-) Outras variações patrimoniais diminutivas	-6.969.595,67	-22.721.466,14	-69,33%
<b>TOTAL</b>	<b>2.625.385,86</b>	<b>-4.693.497,90</b>	<b>155,94%</b>

Fonte: Sistema e-Fisco

As respectivas variações estão analisadas a seguir:

#### 3.4.1 - Variação Patrimonial Aumentativa

##### 3.4.1.1 - Transferências e Delegações Recebidas

O valor total sinalizado para recebimento dos duodécimos no exercício foi R\$ 420.476.799,96.

##### 3.4.1.2 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Neste exercício de 2019, houve o ingresso, em sua relevância, de valores relativos a imputação de multas (R\$ 8.590.777,62) além do registro do ressarcimento de pessoal à disposição do Governo do Estado (R\$ 1.792.205,49).

#### 3.4.2 - Variação Patrimonial Diminutiva

##### 3.4.2.1 - Pessoal e Encargos

Neste exercício de 2019, com a elevação do teto constitucional remuneratório de pessoal e do reajuste concedido aos servidores do TCE-PE houve um incremento de despesa com pessoal e encargos no valor de R\$ 36.927.589,37.

##### 3.4.2.2 - Transferências e Delegações Concedidas

No exercício de 2019 houve um repasse ao Governo do Estado de R\$ 8.100.000,00, fruto da negociação feita junto ao Governo do Estado envolvendo SEPLAG, SEFAZ e o TCE-PE com vistas ao pagamento do ressarcimento de servidores cedidos pelo TCE ao Poder Executivo Estadual, e ajustes ao orçamento de 2020.

Documento Assinado Digitalmente por: DR. CELEBRANDO JUNIOR, ANDRE RICARDO BATISTA DE BARRA E SILVA  
Acesso em: 17/07/2019 às 10:51:00  
Documento: 5970216b-358f-457e-81f5-7d729b02085



### 3.4.2.3 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

No exercício de 2019, houve a constituição do ajuste para perdas de créditos de liquidação duvidosa no total de R\$ 5.972.014,66, oriundas das multas impostas aos gestores. Destaque-se que o saldo das outras variações patrimoniais diminutivas apresenta-se subavaliado em R\$ 11.754.158,89, tendo em vista a realização do lançamento das provisões de licença-prêmio longo prazo (R\$ 8.762.485,85) e os respectivos encargos (2.991.673,04) no exercício de 2020, na conta de Ajuste de Exercícios Anteriores.

---

## 4.0 Encerramento

---

Finalizados os trabalhos de prestação de contas do exercício financeiro de 2019, da Unidade Gestora 2000 – Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, cumpre destacar que o contador responsável pelo registro dos atos e fatos contábeis daquela unidade gestora, no exercício de 2019, foi o contador ISAAC OLIVEIRA SEABRA – CRC-PE 16.709/O-5, cabendo ao contador que subscreve a presente nota explicativa apenas o encaminhamento da presente prestação de contas.

Recife, 19 de fevereiro de 2020.

---

ANDRÉ RICARDO BATISTA DE BARROS E SILVA  
CONTADOR - CRC-PE 16.082/O